

Pérez-Liñán, Aníbal. "El método comparativo y el análisis de configuraciones causales". *Revista Latinoamericana de Política Comparada*, v. 3, p. 125-148, 2010.

Przeworski, Adam e Tenué, Henry. *The logic of comparative social inquiry*. New York: John Wiley & Sons, 1970.

Ragin, Charles C. *Redesigning social inquiry: fuzzy sets and beyond*. Chicago: Chicago University Press, 2008.

Schneider, Carsten e Wagemann, Claudius. *Set-theoretic methods for the social sciences - a guide to qualitative comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Sieder, Rachel et al. *The judicialization of politics in Latin America*. Londres: Palgrave Macmillan Press, 2005.

Tate, Neal. "Why the expansion of judicial power?". In Tate, Neal e Vallinder, Torbjorn (ed.). *The global expansion of judicial power*. New York: New York University Press, 1995, p. 27-38.

Tate, Neal e Vallinder, Torbjorn (ed.). *The global expansion of judicial power*. New York: New York University Press, 1995.

Teorell, Jan et al. "V-Dem Working Paper". *V-Dem Codebook*, 2016.

Yadav, Vineeta e Mukherjee, Bumba. *Democracy, electoral systems, and judicial empowerment in developing countries*. Ann Arbor: Michigan Press, 2014.

CAPÍTULO 22

Estudos comparativos em comunicação política

Luciana Fernandes Veiga
María Alejandra Nicolás

1. A DEFINIÇÃO DO COMPARATIVE POLITICAL COMMUNICATION RESEARCH (CPCR)

De acordo com Pippa Norris (2009), no sentido mais amplo, toda análise da comunicação política é comparativa se houver a intenção de contrastar diferenças entre as unidades investigadas, sejam de tipos de canais de mídia (TV *versus* internet), gêneros de programas (notícias e novelas), tipos ideais (os papéis dos jornalistas como *whatshdgos* e *advocates*), audiência (de jovens e de idosos), período (a era de ouro da TV aberta e a época da TV a cabo), entre outras. A mesma autora ressalta, no entanto, que o foco dos estudos do *comparative political communication research* (CPCR)¹, como convencionalmente entendido, está mais restrito ao contraste de unidades espaciais, geralmente contrapondo países, comunidades locais ou regiões como Europa e América Latina.

Outros autores do CPCR acrescentam que estudos comparativos nessa área devem buscar compreender como diferentes contextos moldam os processos de comunicação política (Esser e Pfetsch, 2004; Gurevitch e Blumler, 2004), diferenciando-se das pesquisas internacionais que visam, acima de tudo, testar proposições que podem ser examinadas em qualquer país. Nesse sentido, o foco dos estudos comparativos de comunicação política deveria recair sobre

¹ Vreese, ao redigir o capítulo "Comparative political communication research" para o *Oxford handbook of political communication*, da Universidade de Oxford, em 2015, definiu o CPCR como a totalidade de estudos comparativos em comunicação política. Para ele, o CPCR pode ser de diferentes tipos: descritivos, analíticos, comparativos contextuais e transnacionais. O que é importante destacar sobre seu capítulo é que, para o autor, quando se fala de estudos comparativos em comunicação política, se fala de CPCR. Assim, o seu conceito pode variar em um sentido mais amplo, tal como definido por Vreese (2015), ou em seu sentido mais estrito, tal como definido por Norris (2009). O capítulo abordará o seu sentido mais estrito.

a busca dos efeitos produzidos pelos aspectos contextuais do sistema político sobre o sistema de mídia.

Esser e Pfestch (2004) apresentam como objetivo do CPRC comparar sistemas de mídia, se utilizando de correlações a partir de variáveis explicativas no nível dos atores (microanalítico); das organizações e instituições (mesoanalítico); e do sistema político (macroanalítico). Acentuam ainda que três pontos diferem o CPRC da pesquisa não comparativa: a) o primeiro envolve uma estratégia de natureza internacional para obter *insights*; b) suas conclusões se referem a mais de um sistema; e c) explicam as diferenças e semelhanças entre objetos de análise a partir das condições do contexto político. Dessa forma, o CPRC busca aferir a validade geral e o alcance geográfico de teorias ou hipóteses, com testes em diferentes realidades políticas. Contribui ainda para contextualizar teorias de médio alcance, discernindo sob que fatores do sistema a teoria é validada.

Por fim, tendo em mente que o objetivo de fundo é buscar compreender como diferentes contextos moldam os sistemas de mídia, Gurevitch e Blumler (2004) consideram que os estudos podem envolver mais de uma sociedade ou mais de um período no mesmo país, desde que se constatem mudanças contextuais significativas entre os momentos para a pesquisa.

2. A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DO CPRC

Siebert et al. escreveram *Four theories of the press*, em 1956, com o intuito de entender a imprensa e suas variações nos diferentes países. Tinham-se então os primórdios da formação do CPRC.

Em 1975, Blumler e Gurevitch escreveram que ainda não era possível tirar um retrato seguro sobre o CPRC, não apenas por existirem poucos estudos no campo de investigação, mas, sobretudo, porque não havia uma visão precisa sobre com o que deveriam se preocupar. Para os autores, os obstáculos refletiam a falta de definição de questões teóricas pertencentes ao campo.

Blumler e Gurevitch (1975) buscam então um ponto de partida, a fim de construir uma estrutura conceitual para os estudos do CPRC. Dessa forma, indagam que questões de pesquisa deveriam orientar a investigação da comunicação política internacionalmente. Assim, chegam à seguinte proposição: Como a articulação entre instituições políticas e sistemas de mídia influencia na produção da comunicação política e qual o seu efeito no comportamento da

audiência entre os diversos países? Avaliam ser improvável que uma pesquisa histórica em um único país apresente a variação no nível estrutural que pode ser encontrada ao cruzar as fronteiras nacionais.

Blumler e Gurevitch (1975) apresentam como primeiro desafio teórico conceber um conjunto de dimensões para a análise dos vínculos entre instituições políticas e sistemas de mídia. Desse modo, propõem as seguintes dimensões: (1) grau de controle estatal sobre as organizações da mídia; (2) grau de partidário da mídia; (3) grau de autonomia da mídia em relação à elite política; e (4) a natureza da legitimidade da mídia.

Uma vez descritos os vínculos das variáveis institucionais da política com as variáveis do sistema de mídia, cabe avançar na identificação dos seus efeitos na audiência. Procura-se, assim, considerar o efeito da cobertura jornalística produzida pelo sistema de mídia na sua recepção pelo eleitor. Os autores sugerem três dimensões para análise dos efeitos: (1) grau de politização e de comprometimento partidário do sistema de mídia ao redigir a notícia; (2) engajamento político da audiência; e (3) o poder de agendamento da mídia sobre a sociedade civil.

Concluída essa etapa, coloca-se como próxima tarefa teórica elucidar o processo reverso de retroalimentação a partir do efeito do comportamento do eleitor no sistema político, que mais uma vez reverbera no sistema de mídia, e assim por diante.

McLeod e Blumler (1987) chamam a atenção para o fato de que em todas as sociedades as instituições de mídia desfrutam em pelo menos alguma medida de poder independente, variando de acordo com as características dos sistemas políticos em que operam. Cabe trazer à tona um aspecto que os autores não mencionam e que diz respeito aos efeitos do processo de globalização econômica, política e social nas sociedades ocidentais e especialmente nos seus sistemas de mídia. Esses efeitos se tornaram visíveis com maior intensidade a partir da década de 1990. Os blocos econômicos, o afrouxamento das fronteiras nacionais, as corporações de multimídias e o fortalecimento das instituições multilaterais, entre outras características do processo mais amplo da globalização, trouxeram novos atores e processos à vida política e aos sistemas de mídia dos diversos países. A ação desses novos atores acaba por permear as relações entre as instituições políticas e de mídia nos diversos países precisamente naquele espaço de independência mencionado por McLeod e Blumler (1987). Dessa maneira, incorporar esses novos atores nas análises torna-se cada vez mais premente.

Blumler e Gurevitch (1995), vinte anos após o primeiro texto sobre o estado da arte do CPR, avaliam que permanecem as dificuldades de conceitualização e de implementação do trabalho de campo.

Comparing media systems: three models of media and politics, de Hallin e Mancini (2004), deve ser considerado um marco quando se fala em análise do CPR. Os autores buscaram identificar modelos distintos de jornalismo e de relação entre contexto político e sistema de mídia em democracias da Europa ocidental e dos EUA ao longo de 18 anos. Para tanto, lançaram mão das seguintes dimensões: processo de construção do mercado de mídia comercial; o pluralismo político (nível de adesão/autonomia do sistema de mídia em relação à linha ideológica dos partidos); o grau de profissionalização do exercício do jornalismo; e o papel do Estado na estruturação do modelo de mídia. A partir da combinação dessas dimensões, formulam três modelos: o modelo liberal, que prevalece na Inglaterra, na Irlanda e na América do Norte; o modelo corporativo democrático, que se estabelece na Europa central e do norte; e o modelo pluralista polarizado, que está presente na Espanha, na França, na Grécia, na Itália e em Portugal. Em síntese, o modelo liberal é caracterizado por dominância de mecanismos de mercado e de mídia comercial, com autonomia do sistema de mídia em relação ao Estado e profissionalização do jornalismo. O modelo corporativo democrático é marcado pela coexistência da mídia comercial e da mídia controlada pela sociedade organizada, por grupos políticos e pelo Estado, mas, respeitando os limites legais, o jornalismo é altamente profissionalizado. O modelo pluralista polarizado se caracteriza pelo alinhamento de mídia com os partidos e pelo seu fraco desenvolvimento comercial, pela circulação baixa dos jornais na população e pela forte intervenção do Estado.

Hallin e Mancini (2011), em uma tentativa de refletir sobre esses modelos e, dessa forma, avançar na construção teórica, convidaram pesquisadores para aplicá-los na Polónia, na Lituânia, no Brasil, na África do Sul, na Rússia e na China. Os resultados apontam para a predominância do modelo pluralista polarizado, sendo apresentadas sugestões de ajustes às realidades locais.

Chama a atenção trabalho prévio realizado por Hallin e Papathanassopoulos (2002) sobre a relação do sistema político com o sistema de mídia na Europa mediterrânea (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) e na América Latina (Brasil, Colômbia e México). O interesse dos autores em analisar as duas regiões foi motivado por identificarem traços históricos, sociais e políticos semelhantes entre elas, com destaque para a permanência do conflito entre os valores

liberal democrático e autoritário na maior parte do século XX e a ênfase de aspectos clientelísticos nas relações políticas. Buscam então analisar como esses aspectos reverberam no sistema de mídia. Ou seja, adotam um método de institucionalismo histórico, evidenciando a *path dependence* na definição do modelo em cada país.

Com a publicação desses trabalhos, o campo do CPR pôde ganhar solidez. Os trabalhos de Hallin e Papathanassopoulos (2002) e Hallin e Mancini (2004, 2011) possibilitam identificar aspectos dos sistemas de mídia de difícil ou impossível mapeamento a partir de estudos de caso. Permitem ainda o refinamento de conceitos, ao evidenciarem variações e semelhanças nos sistemas políticos e suas consequências nos sistemas de mídia. Blumler e Gurevitch (1995) já haviam apontado as vantagens dos estudos comparativos em relação aos estudos de caso para o avanço da construção teórica.

Os trabalhos contribuíram para analisar os sistemas políticos e de mídia e como um exerce influência sobre o outro, todavia as pesquisas não avançaram no estudo do comportamento da audiência. Hallin e Mancini (2004, 2011) sugerem que a limitação do alcance das pesquisas ainda se relaciona ao uso do método. Apontam que, no campo da comunicação, pesquisadores que fazem análises com foco no nível estrutural (macroanálise e mesoanálise) costumam ser críticos do positivismo, trazendo abordagens mais qualitativas, históricas e interpretativas. Por sua vez, pesquisadores mais afeitos ao positivismo tendem a se concentrar em estudos sobre o efeito da mídia no nível individual (micro-análise), com métodos mais quantitativos e pretensões de generalizações universais. Essa incompatibilidade de atitudes metodológicas seria uma das razões para o desenvolvimento lento da análise comparativa no campo da comunicação, de acordo com Hallin e Mancini.

Pippa Norris (2009), a partir de uma breve revisão das principais obras do campo, sugere que o CPR permanece sem desenvolver estruturas teóricas e analíticas sólidas, instrumentos de pesquisa padronizados e conjuntos de dados compartilhados, que permitam identificar regularidades em contextos amplamente variados.

Na mesma linha, Vreese (2015), ao fazer a revisão sobre o CPR para o *Oxford handbook of political communication* argumenta que, na ciência da comunicação, a comunicação política é um dos subcampos mais internacionais e com mais estudos comparativos. Em relação aos campos da Ciência Política e da sociologia, no entanto, o CPR é embrionário. Cientistas políticos

desenvolveram periódicos específicos voltados para a divulgação de pesquisas em política comparada, como o *Comparative Political Studies (CPS)*; se organizaram em redes com o objetivo de coletar e compartilhar dados em grande escala, como os Latinobarómetro, Africabarometer, Asian Barometer Survey, o European Social Survey e o World Values Survey. O projeto Comparative Study of Electoral Systems (CSES) traz coleção de indicadores chave sobre sistemas políticos e desenvolvimento econômico dos países, além de dados de opinião pública. Os cientistas políticos têm se aproximado mais e mais dos estudos do CPRC ao criarem instrumentos metodológicos que permitem aferir em estudos comparativos o efeito da estrutura institucional dos países nas atitudes e escolhas da opinião pública. A partir de técnica de modelagem multinível é possível identificar a interação das variáveis nos três níveis – macro, meso e micro (Dalton e Anderson, 2011).

A tendência de aproximação de cientistas políticos do CPRC foi destacada por Esser e Pfetsch (2004) ao mencionarem que, com a midiáticação da política, aspectos da audiência da comunicação política ganharam relevância. Os estudos da CPRC começam assim a se aproximar das pesquisas da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Um último movimento que urge destacar é que, mais recentemente, com o advento da internet, o CPRC tem estudado os impactos da WEB nos sistemas políticos. Vem despertando interesse dos pesquisadores a relação das tecnologias da informação e a comunicação (TICs) e os temas clássicos da Ciência Política, como campanhas eleitorais, participação social e representação política. Zittel (2004), por exemplo, estuda de forma comparada o uso da internet pelos parlamentos da Alemanha, da Suécia e dos Estados Unidos e os fatores que influenciam esse uso. Para isso, o autor aponta a necessidade de analisar o contexto institucional dos países, assim como as normativas que regem os parlamentos, na medida em que essas seriam as dimensões explicativas da comunicação política por parte dos parlamentares.

3. O CPRC NO BRASIL

O desenvolvimento e a consolidação do campo da comunicação política no Brasil se dão com décadas de atraso em relação aos Estados Unidos. Ainda que se possa remeter a sua origem a estudos da teoria social e da sociedade de massa, que se desenvolvem desde o final do século XIX, o subcampo da comunicação política, através do Mass Communication Research (MCR), se estabelece nos Estados Unidos já nos anos 1920.

No Brasil, a consolidação do campo remonta à redemocratização e às eleições de 1989, quando a área se estrutura e se diversifica (Sarmento et al., 2020). A volta da eleição direta para presidente em 1989 e, sobretudo, o impacto que a propaganda política teve no voto popular surpreenderam o país e despertaram o interesse do mundo acadêmico.

Sarmento et al. (2020) destacam a importância de alguns centros de pesquisa, encontros científicos nacionais e periódicos na fase de consolidação da área. Dentre os periódicos ressaltados está a precursora *Comunicação & Política*, do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), que circulou de 1983 a 2013. Em 2006, surge a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica), que cria sua revista própria em 2011. A revista *Opinião Pública*, do Centro de Estudos em Opinião Pública (Cesop), é o terceiro periódico que sistematicamente esteve associado ao campo da comunicação e política no Brasil.

A partir desses periódicos, busca-se reconstruir o campo do CPRC no Brasil. Desde logo, tem-se que o CPRC apresenta desenvolvimento muito incipiente no país até hoje.

A revista *Comunicação & Política*, com vocação para política mundial, com frequência publicava artigos sobre sistemas políticos e eleições em países da América Latina (Aziz, 1998; Flanagan, 1998; Fazio, 1998), todavia eles envolviam apenas uma nação e não traziam uma demarcação temporal com variação institucional, não se configurando, assim, como estudos comparativos. Já na seção de resenhas, era comum encontrar autores brasileiros redigindo revisões de livros de autores americanos e europeus que – esses, sim – tratavam de estudos comparativos (Souza, 1998).

Tendência semelhante se via na revista *Opinião Pública*. Em 1993, momento de surgimento do periódico, o Brasil e a América Latina estavam reconstituindo as suas instituições democráticas após as ditaduras. Assim, a te-

mática sobre o desenho institucional e os seus efeitos nos comportamentos dos atores – da opinião pública e da imprensa – estava muito em evidência. Brasil e América Latina pareciam um laboratório para estudos do CPR, com instituições políticas em estágio de configuração, com grandes variações, podendo levar a diferentes efeitos sobre os meios de comunicação e a audiência. Apesar de todo um pano de fundo que pudesse estimular os estudos comparativos, o campo da comunicação política brasileira estava em seu surgimento e, portanto, ainda pouco maduro para investimentos académicos nesse sentido. Não se tinha envergadura naquele estágio inicial, marcado por um número reduzido de programas de pós-graduação, de grupos de pesquisa e de investimentos.

Ainda assim, tal como a *Comunicação & Política*, a *Opinião Pública* busca participar do debate internacional. Passam a publicar textos do CPR de autores estrangeiros traduzidos para o português, como, por exemplo, o artigo de Inglehart (1993) sobre os efeitos do desenvolvimento económico sobre a estabilidade da democracia nas sociedades industriais, através da mobilização cognitiva e da presença de valores pós-materialistas dos cidadãos. O autor trabalha com países de distintas regiões, com ênfase na Europa e nos Estados Unidos.

Predominavam, no entanto, estudos comparativos entre países e ao longo do tempo em uma mesma nação, envolvendo a temática da opinião pública e eleições, todavia sem que houvesse uma preocupação em aferir efeitos de variáveis de nível macroinstitucionais e culturais nos comportamentos, tal como propunha o CPR. Nessa linha, a *Opinião Pública* contou por muitos anos com a seção “Tendências”, em que eram apresentados comportamentos da opinião pública sobre diversos temas em diferentes países. Para exemplificar, um volume publicado em 1995 traz a discussão sobre desempenhos de planos económicos, avaliação da justiça, violência e pena de morte no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. Os estudos comparativos de comunicação política estavam no estágio descrito por Pippa Norris (2009) como ainda muito incipiente, sem mapa teórico e bússola conceitual que os conduzissem, restringindo-se a comparações de desempenho com os Estados Unidos, em vez de gerar *insights* e hipóteses mais consistentes.

Os trabalhos mais voltados especificamente para a comunicação política, para além da opinião pública, tendiam a ser focados exclusivamente no Brasil e, em geral, tendo uma eleição específica como objeto.

Tal como nos periódicos anteriores, detecta-se uma tendência da revista da *Compolítica* para a elaboração de resenhas de livro que seguem os padrões

do CPR. Vasconcellos (2013) fez resenha do livro *The media and neo-populism*, de Negrine et al. O trabalho analisa a interação entre mídia, especialmente aquela voltada para a produção noticiosa, e o fenómeno do neopopulismo na Áustria, na França, na Itália, na Índia, na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos e na região da América Latina. Ao refletir em torno da importância dos meios noticiosos no surgimento do neopopulismo, o estudo encara essa relação como sendo “em duas vias”, uma vez que as organizações midiáticas exploram os movimentos neopopulistas, mas, por outro lado, também são alvo das estratégias de comunicação formuladas por eles. Ou seja, a ideia de sistema político e sistema de mídia em interação proposta pelo CPR está presente no estudo.

Outra resenha da revista *Compolítica*, escrita por Pinto (2012), apresenta o livro *The professionalisation of political communication*, que explora como o profissionalismo foi introduzido e como atores políticos e midiáticos se relacionaram nesse processo em oito países (Inglaterra, Alemanha, Suécia, Holanda, Itália, Grécia, França e Hungria). O livro explora a diversidade dos sistemas democráticos e midiáticos da Europa e aponta as formas de relacionamento entre contextos heterogêneos.

Foram detectados, entretanto, apenas dois artigos de autores brasileiros que acionaram o padrão CPR. O primeiro é o estudo “Paralelismo político em questão”, de Albuquerque (2012), e o segundo é o artigo “O uso das pesquisas eleitorais no colunismo político: uma comparação entre *O Globo* e *La Nación*”, de Fontenelle e Guaniza (2016).

Foram identificados poucos estudos do CPR no Brasil. O primeiro que devemos destacar é o de Azevedo (2006), que se propõe a analisar o sistema de mídia do Brasil e sua relação com o sistema político. Para isso, utiliza as categorias acionadas por Hallin e Mancini (2004), a fim de analisar as coberturas eleitorais da grande imprensa durante as eleições presidenciais no país (1989, 1994, 1998 e 2002).

O autor classifica o sistema de mídia brasileiro como “pluralista polarizado”, de acordo com os modelos elaborados por Hallin e Mancini (2004). Dessa forma, considera as características desse modelo – jornais com baixa circulação, orientação para a elite política, centralidade da TV e do rádio na estruturação do mercado – presentes no caso brasileiro.

Azevedo (2006) enfatiza que o sistema de mídia brasileiro não é estático e que, dessa forma, as mudanças e transformações deveriam ser analisadas a partir do impacto da relação com o sistema político. Em última instância, o autor

aponta algumas mudanças que estariam se evidenciando, como o fortalecimento de uma política orientada para a diversidade interna, assim como a materialização de um jornalismo de informação e mais aberto à pluralidade política.

Albuquerque (2011), no texto "On models and margins: comparative media models viewed from a Brazilian perspective", analisa de forma crítica as categorias propostas por Hallin e Mancini (2004) a partir do sistema de mídia brasileiro. Esse trabalho é o mais ilustrativo do CPR no país. Albuquerque analisa as quatro dimensões propostas por Hallin e Mancini: a estrutura do mercado dos meios de comunicação; o paralelismo político; o grau de profissionalismo do exercício do jornalismo; e o papel do Estado na estruturação do sistema da mídia. O autor avança na discussão sobre os aspectos a serem considerados na análise de estudos sob a ótica do CPR. Para isso, examina novas categorias a partir de questões não trabalhadas em detalhe na obra de Hallin e Mancini (2004), como, por exemplo, (a) sistemas de mídia central e periférica; (b) sistema de governo presidencial e parlamentar; (c) a força dos partidos políticos e o grau de envolvimento da mídia na atividade política – como uma forma de trabalhar o paralelismo político.

Albuquerque (2011) propõe classificar os sistemas de mídia periféricos como aqueles que foram estruturados em referência a modelos estrangeiros e como centrais aqueles sistemas de mídia que, em última instância, servem como modelos para os outros. Para evitar análises simplistas, o autor aponta que os sistemas de mídia periféricos devem ser analisados a partir do relacionamento que eles mantêm com sistemas de mídia estrangeiros.

O autor ainda observa que a dimensão da forma de governo, presidencial ou parlamentar, é relevante na medida em que a separação de poderes afeta como a mídia exerce seu papel político. No sistema presidencialista, a mídia tende a focar no presidente como um indivíduo, em detrimento de partidos políticos, e a se concentrar em aspectos referentes à gestão pública do governo. Já no sistema parlamentarista, priorizar o chefe de governo em detrimento de seu partido ou coligação é mais difícil, dada a interrelação entre esses atores.

Albuquerque coloca que a dimensão do paralelismo político² pressupõe uma combinação de duas variáveis, a força dos partidos políticos e o grau de

² Hallin e Mancini (2004) utilizam ao conceito de paralelismo político para analisar os sistemas de mídia. Blumler e Gurevitch (1975) se referem ao paralelismo político como o nível de ligação entre a estrutura do sistema de mídia e o sistema partidário de um determinado país. A manifestação mais pura dessa relação verifica-se quando cada sistema jornalístico se alinha com um partido político. Sendo esse alinhamento cada vez mais incornum nos países ocidentais,

envolvimento da mídia na atividade política. Dessa forma, deveriam ser analisadas as relações entre mídia e política em suas variadas expressões, seja quando as linhas partidárias são claras ou não, assim como quando a mídia apresenta posições explícitas ou não.³

Por fim, o autor conclui que o sistema de mídia do Brasil, assim como de outros países da América Latina, apresenta características dos sistemas de mídia de países do sul da Europa – Grécia, Itália, Espanha e Portugal –, como já apontado em estudo de Hallin e Papathanassopoulos (2002) e Azevedo (2006): desenvolvimento tardio da imprensa, grande influência da televisão como fonte de notícias, baixa circulação de jornais impressos e orientação para as elites.

Fontenelle e Guazina (2016) também se debruçam sobre as categorias desenvolvidas por Hallin e Mancini (2004). A partir de um estudo que compara colunas políticas da Argentina (2015) e do Brasil (2014), os autores analisam a utilização de resultados de pesquisas eleitorais. Para tanto, o estudo foca no sistema de mídia dos países a partir das dimensões do desenvolvimento do mercado midiático, o paralelismo político e o grau e a natureza da intervenção do Estado no sistema midiático. Ainda se debruçam sobre as semelhanças dos contextos políticos e econômicos dos dois países durante os anos pesquisados. Ao final, classificam Brasil e Argentina como modelos de "pluralismo polarizado", da mesma forma que outros autores (Azevedo, 2006; Hallin e Papathanassopoulos, 2002).

Por fim, como salientamos, desde a década de 1990, os impactos das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e, especificamente, a internet sobre o funcionamento dos sistemas políticos têm sido objeto de uma extensa literatura (Norris, 2001). Dessa forma, destaca-se na literatura brasileira o estudo de Nicolás e Veiga (2016), que possui como intuito avaliar o uso da internet pelos parlamentares da Inglaterra, do Brasil e da Bélgica.

Hallin e Mancini (2004) propõem uma série de indicadores para dimensionar o conceito de paralelismo político: i) conteúdo das reportagens; ii) conexões organizacionais entre mídia e partidos ou outros tipos de organizações; iii) relação entre as filiações políticas e as carreiras de jornalistas e outros profissionais da mídia; iv) grau de partidário do público/da audiência.

³ Albuquerque, no artigo "O paralelismo em questão" (2012), analisa a contribuição e os limites do uso do conceito de "paralelismo político". Para isso, o autor aponta que o conceito de paralelismo político seria mais adequado de ser acionado em estudos de mídia comparada quando nos países há: a) um sistema político estruturado em torno de clivagens relativamente estáveis; e b) uma mídia politicamente ativa, cuja atuação reflete um posicionamento claro diante dessas clivagens (Albuquerque, 2012, p. 7).

Para esse fim, examina-se a relação de variáveis macroinstitucionais – tipo de governo, sistema eleitoral, subtipo de sistema eleitoral e sistema partidário – e seu impacto no uso da internet por parte dos parlamentares desses países. Dessa forma, o pano de fundo é refletir de que maneira as características institucionais dos países estão associadas à veiculação de conteúdo nos websites parlamentares. As autoras empregam duas técnicas estatísticas multivariadas em seu trabalho, a análise fatorial e o teste de componentes principais. O estudo coincide com a literatura clássica de CPRC no que tange à adoção de componentes macroestruturais do sistema político como variáveis explicativas para fenômenos de uso da mídia, contudo é possível notar o esforço no sentido de avançar metodologicamente, ao tratar da relação entre dimensões estruturais e seu impacto no uso que as elites políticas fazem da mídia.

Nota-se que aqueles estudos no Brasil orientados sob a perspectiva do CPRC partem principalmente de uma interface de comunicação e política e, dessa forma, utilizam e discutem as categorias analíticas desenvolvidas por Hallin e Mancini (2004). O esforço orienta-se para classificar o sistema de mídia brasileiro nos modelos desenhados pelos autores, com poucos avanços substantivos na discussão do método de pesquisa. O desafio metodológico, no estrangeiro e aqui, repetimos, é avançar no impacto ou na influência que as dimensões macroestruturais (sistema político, sistema de mídia) têm em dimensões microestruturais (decisão do voto, comportamento eleitoral, exercício da profissão jornalística).

Os estudos do CPRC até aqui, em sua maioria, discutem e sugerem que dimensões institucionais influenciam as decisões individuais, porém pouco foi testado empiricamente, como já foi ressaltado anteriormente. Identificar o elo entre cidadãos/jornalistas, contextos e escolhas é fundamental no estágio em que se encontra o CPRC.

O contexto afeta os comportamentos individuais quando delimita o número das opções de escolha, a natureza das opções de escolha e a estabilidade das mesmas opções. A diversidade dos sistemas políticos e de mídia define o cardápio de escolhas a partir do qual jornalistas ou cidadãos irão decidir. Através de técnicas de modelagem multinível é possível examinar as interações das variáveis entre os diferentes níveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até hoje o CPRC avançou em definir problemas de pesquisa, mobilizar variáveis explicativas e explicadas, de modo a estabelecer hipóteses, porém tem demonstrado limitações em testar abordagens teóricas com evidências empíricas, restringindo-se a descrições que carecem de comprovações de causalidades ou mesmo de sistematização de dados.

Blumer foi um nome importante nesse processo de consolidação do campo, ao escrever sobre o estado da arte do CPRC em três momentos, em “sua infância” (1975), no “final da adolescência” (1990) e na “fase da maturidade” (2004). Ao tratar da etapa de maturidade, Blumer aponta que a pesquisa empírica ainda é um ideal a ser seguido, pouco realizado e realizável com as técnicas de pesquisa que o CPRC mobiliza.

O ponto é que o contexto político faz parte do marco teórico do CPRC, mas o impacto do sistema político no comportamento individual não tem sido satisfatoriamente investigado. Para sanar essa limitação, faz-se necessário: a) avançar na discussão sobre como fatores contextuais dos sistemas político e de mídia podem influenciar os comportamentos da audiência, isto é, do eleitor; b) prover banco de dados empíricos para a análise; e c) identificar como os fatores de contexto identificados como importantes podem ser mensurados.

A análise multinível adotada mais recentemente na Ciência Política junta fatores do nível contextual e de nível individual, ou seja, como aspectos do contexto político influenciam as decisões individuais. Sem dúvidas, o recurso técnico da análise multinível/modeles hierárquicos vem promover o avanço de estudos comparativos que requerem a conjunção de variáveis explicativas de níveis distintos, permitindo que haja uma correspondência entre a abordagem teórica e o desenho empírico. A boa notícia é que pesquisadores da Ciência Política que já adotam a análise multinível começam a considerar aspectos da comunicação política em seus modelos analíticos, o que pode trazer uma luz para o avanço do CPRC com mais riqueza metodológica (Helling, 2011).

O campo do CPRC no Brasil ainda é muito incipiente e tem pela frente os mesmos desafios metodológicos do campo internacional.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, Afonso de. "On models and margins: comparative media models viewed from a Brazilian perspective". In Hallin, Daniel C. e Mancini, Paolo (orgs.). *Comparing media systems beyond Western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 72-95.
- Albuquerque, Afonso de. "O paralelismo político em questão". *Revista Compólitica*, v. 2, p. 6-28, 2012.
- Azevedo, Fernando Antônio. "Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político". *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.
- Aziz, Alberto. "México 1997: una elección de alta competencia". *Comunicación & Política*, v. 5, n. 3, p. 110-131, set.-dez. 1998.
- Blumler, Jay G. e Gurevitch, Michael. "Towards a comparative framework for political communication research". In Chaffee, Steven H. (ed.). *Political communication. Issues and strategies for research*. Beverly Hills: Sage, 1975, p. 165-193.
- Blumler, Jay G. e Gurevitch, Michael. *The crisis of public communication*. London; New York: Routledge, 1995.
- Dalton, Russell e Anderson, Christopher. "Citizens, context and choice". In Dalton, Russell e Anderson, Christopher (orgs.). *Citizens, context, and choice: how context shapes citizens' electoral choice*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 3-33.
- Esser, Frank e Pfetsch, Barbara (ed.). *Comparing political communication: theories, cases, and challenges*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.
- Fazio, Ele. "Peronismo de fin de siglo". *Comunicación & Política*, v. 5, n. 3, p. 140-146, set.-dez. 1998.
- Flanagan, Carlos. "El Frente Amplio: un fenómeno peculiar del Uruguay". *Comunicación & Política*, v. 5, n. 3, p. 132-139, set.-dez. 1998.
- Fontenelle, André e Guazina, Liziane Soares. "O uso de pesquisas eleitorais no colunismo político: uma comparação entre *O Globo* e *La Nación* nas eleições presidenciais de Brasil (2014) e Argentina (2015)". *Revista Compólitica*, v. 6, p. 65-91, 2016.
- Gurevitch, Michael e Blumler Jay G. "State of the art of comparative political communication research: poised for maturity?". In Esser, Frank e Pfetsch, Barbara (ed.). *Comparing political communication: theories, cases, and challenges*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.
- Hallin, Daniel C. e Mancini, Paolo (orgs.). *Comparing media systems beyond Western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 72-95.
- Hallin, Daniel C. e Mancini, Paolo (orgs.). *Comparing media systems: three models of media and politics, communication, society, and politics*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.
- Hallin, Daniel C. e Papathanassopoulos, Stylianos. "Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective". *Media, Culture & Society*, v. 24, p. 175-195, 2002.
- Hellwing, Timothy. "Context, political information, and performance voting". Russell Dalton e Christopher Anderson". In Dalton, Russell J. e Anderson, Christopher (orgs.). *Citizens, context, and choice: how context shapes citizens' electoral choice*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 149-175.
- Inglehart, Ronald. "Democratização em perspectiva global". *Opinião Pública*, v. 1, n. 1, p. 9-67, jul.-ago. 1993.
- McLeod, Jack M. e Blumler, Jay G. "The macrosocial level of communication science". In Berger, Charles e Chaffee, Steven (ed.). *Handbook of communication science*. Newbury Park; Beverly Hills; London; New Delhi: Sage Publications, 1987, p. 271-322.
- Nicolas, Maria Alejandra e Veiga, Luciana Fernandes. "Representação política, internet e instituições: uso de websites parlamentares nacionais na Inglaterra, na Bélgica e no Brasil". In Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 10, *Anais do [...]*. Belo Horizonte, p. 1-22, 2016.
- Norris, Pippa. "Comparative political communications: common frameworks or babelian confusion?". *Government and Opposition*, v. 44, n. 3, p. 321-340, 2009.

- Norris, Pippa. *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Pinto, Pâmela. "O impacto da comunicação profissional nas paisagens democráticas europeias". *Compolítica*, v. 2, n. 2, p. 143-149, 2013.
- Sarmento, Rayza et al. "Comunicação e política no Brasil: um panorama recente". *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 95, p. 1-39, 2020.
- Siebert, Fred S. et al. *Four theories of the press*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.
- Vasconcellos, Fábio. "Mídia e neopopulismo: uma relação de uma mútua dependência". *Compolítica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2013.
- Vreese, Claes H. de. "Comparative political communication research". In Kenski, Kare e Jamieson, Kathleen Hall (ed.). *The Oxford handbook of political communication*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- Zittel, Thomas. "Digital parliaments and electronic democracy: a comparison between the US House, the Swedish Riksdag and the German Bundestag". In Gibson, Rachel et al. (ed.). *Electronic democracy*. London: New York: Routledge, 2004, p. 70-95.

CAPÍTULO 23

Política externa e integração regional

Janina Onuki
Flavia Loss de Araujo

Os estudos no campo da análise de política externa (APE) têm se ampliado, de forma que as ações internacionais e os acordos assinados em várias áreas, além dos processos decisórios, passaram a ser objeto de estudos conduzidos nas instituições acadêmicas. O início dos anos 1990, impactado por transformações importantes no cenário internacional, obrigou os países a implementar mudanças, no sentido da abertura econômica, da participação em processos multilaterais de negociação e da assinatura de acordos de integração regional.

A APE se diferencia do campo geral das relações internacionais e tem um objeto de estudo mais específico, com o objetivo de compreender a relação entre os atores, os processos decisórios, que se tornam mais complexos, a participação de atores não governamentais etc. A maior abrangência alcançada pelo campo leva à reflexão sobre as dimensões e os impactos da política externa, que passa a ser entendida como uma política pública, apesar das suas especificidades que superam as fronteiras estatais (Salomón e Pinheiro, 2013).

Os avanços no Brasil, tomando projetos internacionais como referências, levaram também a pesquisas no âmbito da política externa comparada (*comparative foreign policy*), útil para estudar países em desenvolvimento que empreenderam agendas mais cooperativas no contexto do pós-Guerra Fria, buscando consolidar sua autonomia em relação às grandes potências e aproveitando as oportunidades de um mundo multipolar.

No Brasil, a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul), com Argentina, Paraguai e Uruguai, mudou a agenda de política externa, dando visibilidade à América do Sul, aumentando o comércio intrarregional e reforçando a atuação dos países membros em instâncias multilaterais. A integração também representou mudanças no processo decisório em política externa, abrindo mais espaço para o envolvimento de atores não governamentais, tanto de empresariado